

ENTREVISTA **JORGE ALEX ATHIAS** ADVOGADO

Sob ótica da **advocacia** ambiental

"A judicialização dos conflitos é sempre a pior solução"

Professor Athias, fala de temas atuais relacionados ao direito ambiental sob a perspectiva da advocacia privada, demonstrando que as soluções de compromisso são o melhor caminho para a construção de um modelo sustentável para a Amazônia

Por Camilo Ribeiro

Jorge Alex Athias é advogado, mestre em Direito e professor adjunto de direito ambiental da UFPA, sócio do escritório Silveira, Athias, Soriano de Mello, Guimarães, Pinheiro & Scaff e membro da Comissão Nacional de Meio Ambiente do Conselho Federal da OAB. Foi Procurador Geral do Estado e Secretário da Fazenda.

Direito & Sociedade - Em sua opinião, é possível conciliar desenvolvimento com a proteção de recursos naturais?

Jorge A. Athias - Não só é possível como é a única saída para a economia. O conceito de desenvolvimento sustentável é muito discutido. Em regra, é unanimemente aceito como conceito, mas dificilmente todos concordam quanto ao método ou os caminhos para alcançá-lo. Um dos entraves é a batalha ideológica que põe em conflito aparente a noção de desenvolvimento com proteção sócio-ambiental em prejuízo da construção de soluções de compromisso. Ideologizar a questão ambiental é um erro grave, inclusive, estratégico.

D&S Alguns acusam a economia mineral apenas de extrair recursos esgotáveis sem agregar nada à economia local. Como o senhor vê tal questão?

Jorge A. Athias É preciso deixar claro que a economia mineral provoca reflexos positivos na economia local. Basta verificar os chamados efeitos econômicos para trás, que decorrem da fase de instalação e após no processo de exploração dos recursos. Seria extraordinário se conseguíssemos agregar valor às exportações, verticalizando a produção, que não foi possível ainda por diversos fatores que vão desde a falta de infra-estrutura até imposições do mercado internacional. Isso pode começar a mudar com a instalação da siderúrgica em Marabá. Outra coisa é a chamada doença holandesa, que provoca supostamente um processo de reprimarização da economia pela inundação de dólares decorrentes dos saldos positivos de exportação e a conseqüente perda de competitividade dos produtos industrializados no comércio internacional. É para solução desse problema que se discute a criação de fundos soberanos, poupanças dos países exportadores de riquezas naturais em moeda forte e que não são internalizados, salvo em circunstâncias especiais. Ademais, seria necessário

um projeto consistente de diversificação da base produtiva para que esgotado o recurso mineral, cadeias produtivas já estivessem criadas, permitindo a sustentabilidade econômica dos estados e municípios exportadores.

D&S Como o senhor avalia a participação popular nos processos de licenciamento?

Jorge A. Athias Ainda há um longo caminho a percorrer para tornar os processos de licenciamento ambiental mais eficientes. Destaco que o país já avançou bastante nessa questão. Os processos, tal com os conhecemos hoje, começam, a rigor, a partir da 2ª metade da década de 80. Os estudos de impacto ambiental e seus relatórios têm sido cada vez mais completos. Claro que podem melhorar, mas não há dúvida da evolução. O fato é que a efetividade desses processos depende, substancialmente, de transparência. Nesse particular, a participação popular, com a realização de audiências públicas e com a participação da sociedade civil nos procedimentos, inclusive, com assento no Conselho de Meio Ambiente são instrumentos poderosos de exercício da cidadania. É claro que a participação popular exige alguns pressupostos como livre fluxo de informações, competência técnica dos órgãos ambientais e, fundamentalmente, conscientização e educação ambiental. É importante destacar o papel que as universidades, especialmente a Federal, que tem formando massa crítica composta de doutores e mestres na área do Direito, no planejamento, através do Naea, no curso de Geologia e assim por diante. Mesmo as universidades privadas têm desempenhado seu papel com cursos de especialização e mestrado nessas áreas. Quanto ao exercício efetivo da cidadania, nossa educação básica ainda deixa muito a desejar e a solução dessa questão, melhorando qualitativamente a participação popular, depende de fortes investimentos na educação.

D&S Frequentemente aponta-se o Ministério Público por entravar o processo de desenvolvimento com a propositura de ações civis públicas e outras medidas judiciais. Como o senhor vê essa situação?

Jorge A. Athias O Ministério Público, Estadual Federal, e também a Procuradoria Geral do Estado cumprem um papel fundamental nesse processo de controle da legalidade nos processos de licenciamento, que fazem parte da sua atividade institucional. Não se pode menosprezar ou reduzir a importância dessa participação no aprimoramento dos processos. Parece-me claro, porém, que temos que avançar no relacionamento dessas instituições com as empresas e investidores para evitar, tanto quanto possível, o que considero um mal terrível, que é o da excessiva judicialização das questões ambientais. O Banco Mundial tem estudos nesse sentido, apontando essa situação. Soluções de compromisso, construídas de forma inteligente são as que levam a resultados mais eficazes e melhores,

com resultados sensíveis não somente na proteção do meio ambiente, mas na defesa dos interesses das comunidades envolvidas. A judicialização dos conflitos é sempre a pior solução e só se deve chegar à ela como medida extrema.

D&S A recente medida provisória das terras pode ajudar na solução da problemática fundiária de nosso Estado?

Jorge A. Athias Na Amazônia em geral e no Pará em particular, temos uma situação fundiária insustentável, provocada em grande parte por políticas equivocadas de ocupação. A decisão de conceder incentivos fiscais e financeiros para a agropecuária transformou a terra em reserva de valor, quando antes tinha pouco ou nenhum valor, que aliada à fragilidade institucional dos registros de imóveis e do aparato do Estado no controle dessas áreas, levou à grilagem, à violência no campo, à expulsão de ocupantes tradicionais e à devastação. Isso foi agravado pelo processo equivocado de colonização dirigida, baseada numa política autoritária e nacionalista de ocupação da Amazônia, deslocou para cá contingentes pessoas que receberam terras sem qualquer apoio para a produção inteligente, escoamento de produtos, estrutura de educação e saúde. Para coroar esse processo, em 1971, com o Decreto 1164, o Estado perde o controle de mais de 60% do seu território, que foi passado à gestão da União e a absoluta ausência de articulação entre os órgãos fundiários estaduais e federais vêm provocar essa babel fundiária. Nesse particular, a medida é uma boa iniciativa, mas precisa ser aprimorada. A babel fundiária somente favorece a grilagem, o desmatamento, os danos ambientais, sendo um entrave significativo ao desenvolvimento, pois limita o acesso ao crédito.

D&S E a questão tributária? Como ela entra nesse contexto?

Jorge A. Athias Nós temos no Brasil uma crise federativa que se reflete de maneira negativa mais acentuada nos Estados mais pobres e exportadores como o caso do Pará. A desoneração das exportações, por exemplo, atingiu fortemente o Estado. Talvez tenha sido o mais penalizado em termos de redução de receita, já que os mecanismos compensatórios adotados, a meu ver, não foram suficientes para cobrir as perdas de receita própria, até hoje. Além disso, continuamos a adotar o princípio da origem para tributar o consumo, o que faz com que estados produtores como o Estado de São Paulo, por exemplo, recebam o ICMS sobre os produtos consumidos nos estados menos industrializados, como o Pará. Mas quando se trata de energia elétrica, por exemplo, o princípio aplicado é o do destino, ou seja, o Pará exporta energia elétrica, mas nada recebe em ICMS quando ela é transferida para outros estados, tributando-se apenas o consumo interno. Essas práticas tornam mais agudas as desigualdades regionais e consequentemente vão na contramão das disposições constitucionais que pregam a redução das desigualdades sociais. Tudo isso impacta a receita

própria do Estado e diminui sua capacidade de investimentos. O problema federativo brasileiro é antigo e a necessidade da correção dos seus rumos é mais atual do que nunca.

D&S Sobre a questão energética, está na hora de rever a matriz energética nacional?

Jorge A. Athias Esse é um debate que tem provocado grandes polêmicas. O britânico James Lovelock, que criou a teoria do planeta Terra como Gaia, como organismo vivo autoregulável, defende a ampliação imediata da energia nuclear como única forma de retardar o processo de aquecimento global, mas essa é uma posição que provoca um pavor irracional nas pessoas. Parece claro que teremos que ter fonte de energia sejam elas oriundas de hidroelétricas, usinas nucleares ou térmicas. Utilizar biomassa, energia aeólica ou das marés ainda não alcançou um nível de confiabilidade que permita sua utilização com fonte de energia firme. A outra possibilidade é reduzir o desenvolvimento econômico a zero, o que não é viável, ou fazer uma radical transformação nos processos produtivos ou alteração dos padrões de consumo, o que também não parece ser alternativa de resultado imediato. O certo é que estimular um processo de desenvolvimento sustentável, com qualidade e não traduzido em mero crescimento econômico, utilizando-se índices do IDH e outros mais consistentes para aferir se o mesmo está beneficiando as pessoas de maneira mais igualitária e não estimulando a concentração de renda e aumentando a exclusão social, vai demandar fontes sustentáveis de energia. Não adianta simplesmente apenas ser contra. Temos que enfrentar o debate franco sobre as alternativas viáveis.

D&S Sabe-se que em países em desenvolvimento, grande parte da população está em contato com fontes de água poluída, o senhor acha que já estamos em meio a uma crise mundial?

Jorge A. Athias Diz-se com certa razão que o Planeta Terra deveria ser chamado de Planeta água já que 3/4 do planeta terra é coberto de água, sendo que do total, 98% é proveniente de oceanos. Aí podemos tratar desse problema sob vários pontos de vista. No caso dos mares e oceanos, por exemplo, há o problema do aquecimento global, aumentando perigosamente os níveis dos oceanos; a questão da pesca predatória, que pode provocar problemas de abastecimento; o problema da água de lastro, com navios despejando águas trazidas de outros biomas em águas de outros alterando o equilíbrio do ecossistema, enfim, uma série de questões relevantes. Porém o mais imediato parece ser o da água potável. De toda a água da Terra, o Brasil detém 12% do total mundial de água potável, ou seja, um quinto da água potável do planeta. Assim, a proteção dos mananciais e repositórios de água doce e a gestão inteligente desses recursos são uma imposição de sobrevivência.

D&S Como o senhor avalia as alterações das regras de licenciamento para estradas incluídas no PAC?

Jorge A. Athias Flexibilizar as regras como está sendo proposto, isentando as estradas já abertas de processo licenciatório para fins de pavimentação e ampliação não me parece razoável. É um retrocesso. Essas medidas vão obviamente impactar a floresta e devem ser executadas observando-se a questão ambiental. O que se deve fazer é tornar os licenciamentos mais ágeis, mais eficientes. O que não se pode é paralisar as atividades à espera de um licenciamento ambiental interminável.

Fonte: Suplemento Direito & Sociedade do jornal O Liberal